

## **A máquina Helênica de fazer guerra**

### **The machine Hellenic to make war**

*Luiz Alexandre Solano Rossi\**

#### RESUMO

A guerra pode ser considerada elemento central na civilização helenística, por razões econômicas, estratégicas ou ainda ideológicas e, portanto, é um elemento determinante dessa civilização. A chegada de uma poderosa organização militar e de suas bem estruturadas técnicas de cerco e de combate pode ser considerada o primeiro veículo concreto do helenismo na Palestina. Os macedônios foram, devido ao seu ímpeto expansionista e belicoso, a indicação de que novos tempos estavam se aproximando.

**PALABRAS CLAVES:** Militarismo. História antiga. Violência. Judaísmo. Imperialismo.

#### ABSTRACT

War can be considered a central element in the Hellenistic civilization, for economic, strategic or ideological, and thus is a key element of this civilization. The arrival of a powerful military and its well-structured techniques of siege and battle can be considered the first concrete vehicle of Hellenism in Palestine. The Macedonians were due to the momentum of expansion and hawkish, an indication that new time were approaching.

**KEYWORDS:** Militarism. Ancient history. Violence. Judaism. Imperialism.

### **Introdução**

As guerras existem desde o início da humanidade! Nelas são travadas lutas armadas entre diferentes estruturas políticas em que a hegemonia se estabelece por aquela que detém maior desenvolvimento estratégico. Até mesmo a geografia é tão expressiva em sua influência sobre a guerra que em muitos momentos da história chegou a decidir combates importantes, seja diretamente pela ação de fenômenos da natureza, seja por estratégias desenvolvidas a partir da adaptação ao meio natural.

Pode-se dizer, portanto, que o militarismo sempre esteve presente na história da humanidade, sendo responsável pelas principais mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais, estabelecendo novas fronteiras mudando o mapa do mundo, influenciando e sendo influenciado diretamente pela ciência geográfica e a tecnologia.

Os primeiros conflitos surgiram pela disputa de espaços, gerando maior preocupação com o ataque e defesa. A partir disso foram se desenvolvendo novas

---

\* Pós-doutor em História Antiga (UNICAMP) e em Teologia (Fuller Theological Seminary). Professor-adjunto no programa de Mestrado em Teologia da PUCPR.

formas de combater os oponentes através da busca pela adaptação aos diversos ambientes através da geografia (clima, relevo, vegetação, etc). E, certamente, a disputa pelos espaços era decidida pela arte de fazer e manter a guerra. Nesse sentido, a conquista dos espaços e, conseqüentemente, a vitória, não é fruto do acaso e/ou de “forças ocultas”. Ao contrário, ela se insere no que podemos chamar de “desenvolvimento estratégico”. Percebe-se, portanto, que a arte de fazer guerra é, na verdade, um ato segundo, pois todo ato primeiro, nesse caso, é o desenvolvimento estratégico ou a racionalização ou ainda o *modus operandi* que conduzirá o ato da guerra.

A Ciência Militar pode ser considerada o estudo da técnica, da psicologia, da prática e ainda de outros fenômenos que constituem tanto a guerra quanto o conflito armado. Num passo adiante também poderíamos afirmar que a Ciência Militar se apresenta como um processo pelo qual a política de defesa nacional se faz presente ao produzir capacidade militar e ao empregar para tanto pessoas altamente qualificadas, tais como, teóricos, pesquisadores, engenheiros, cientistas experimentais, etc. O objetivo dessa ação (ou ações) pode ser duplamente considerado: o primeiro seria interpretar a política na qual as habilidades militares são requeridas e o segundo seria o de empregar conceitos e métodos militares, o fato de poder usar tecnologias militares, sistemas de armas militares bem como outros equipamentos militares a fim de produzir a capacidade militar requerida e exigida para o devido fim.

Uma brevíssima percepção da arte da guerra ajuda a esclarecer: a base do desenvolvimento militar se iniciou na antiguidade sendo representado principalmente através de Alexandre, o Grande; os romanos e posteriormente Napoleão Bonaparte, que se tornaram a base da guerra moderna, através de suas táticas inovadoras, onde eram analisados não apenas a força do inimigo como também o teatro de guerra e todas as suas possibilidades, visando a melhor adaptação, mesmo em caso de inferioridade numérica. Vale também enfatizar que as legiões romanas permitiram a Roma conquistar e construir um vasto império e atingiram níveis de eficácia e de eficiência dificilmente igualáveis pelo espírito e ações humanas.

As principais táticas aplicadas por eles em seus combates foram as táticas de flanquear o inimigo (Alexandre, o Grande); trincheiras (romanos) e o ataque massivo frontal apoiado por artilharia pesada (Napoleão). O ataque pelos flancos é uma das táticas mais aplicadas pela guerra moderna e foi desenvolvida por Alexandre que utilizava sua cavalaria em ataques laterais (flancos) em posições menos protegidas, tendo o elemento da surpresa e a rapidez ao seu favor. Já as trincheiras foram a princípio usadas para proteger os abrigos romanos contra ataques rápidos de cavalaria,

mas logo depois adaptados para abrigar divisões de combate em áreas inimigas. E o apoio de artilharia foi amplamente usado por Napoleão que primeiramente bombardeava as posições inimigas enfraquecendo-as enquanto seu exército marchava rapidamente em direção a esses pontos para não dar tempo do inimigo se recompor em sua posição. Essas três táticas passaram a ser usadas amplamente na Primeira Guerra Mundial, tendo a adição de armas mais poderosas, incluindo armas químicas, onde a estratégia sofreu influência da tecnologia mais moderna principalmente com o surgimento do avião que permitia o uso de fotografias aéreas para melhor planejamento. Mas foi na Segunda Guerra Mundial que ocorreu a maior evolução da guerra tática com influência tecnológica, tornando os combates mais complexos em ambientes diversificados (desertos, cidades, florestas densas etc). Com isso os generais de guerra passaram a se preocupar em usar melhor seu planejamento a partir da criação de tropas especializadas para atuar em cada ambiente.

Todavia, a ação bélica não acontece no vazio. Ao contrário, é uma ação que está sujeita à racionalização e à criatividade. Nesse sentido, a ação militar acontece a partir do desenvolvimento de técnicas, táticas, teorias e de interpretações. Não é possível pensar a ciência militar isoladamente de seu meio, ou seja, da criação de teorias, conceitos, métodos e sistemas aplicáveis às forças armadas que geralmente buscam aumentar a média da capacidade militar pelo aumento da eficiência, da efetividade, de métodos e de sistemas. Nesse caso, a ciência militar se apresenta como um instrumento pelo qual o pessoal militar obtém simultaneamente tecnologia, armas, equipamentos e treinamento para satisfatoriamente fornecer capacidade militar como requerida para a defesa dos interesses de defesa nacional ou ainda para conquistar as metas almejadas.

As guerras não acontecem ao acaso! Elas têm um tempo e um lugar próprio. Isso significa que teorias, métodos, equipamentos e estratégias são mutáveis. Nos parágrafos que se seguem pretendo demonstrar o modo de ação militar de Alexandre, o Grande, a partir da ação militar dele na Síria-Palestina e as conseqüências de seu avanço. Com esse procedimento pretendo demonstrar que a maneira de se fazer guerra nesse momento traz em si mesmo algumas especificidades muito bem construídas e racionalizadas. Há procedimentos precisos e ações muito bem determinadas. Alexandre não teria realizado suas muitas rápidas marchas ou atravessado áreas desérticas se uma organização logística altamente eficiente. Pode-se dizer que o próprio Alexandre estava profundamente consciente da importância da inteligência militar e do fato de assegurar provisões adequadas para seu exército que cruzava grandes extensões de terra.

## Alexandre e Seu Exército em Marcha

A chegada dos exércitos macedônios com Alexandre Magno mas, principalmente, as várias guerras travadas por seus sucessores nas regiões da Síria e Palestina, constituem, sem dúvida, um eficaz elemento de contato cultural com as populações locais. Uma nova época estava por se iniciar na interação do antigo Oriente Próximo e do helenismo quando Alexandre Magno atravessou desde a Grécia para a Ásia e iniciou suas conquistas que derrubaram o império persa.

A guerra pode ser considerada elemento central na civilização helenística, por razões econômicas, estratégicas ou ainda ideológicas e, portanto, é um elemento determinante da civilização helenística. Certamente que a guerra acaba cumprindo uma “função social” ao se apresentar como uma saída sócio-econômica em ambiente de escassez, senão vejamos: “A Grécia não podia oferecer trabalho a sua população e a guerra, por mais dolorosa que possa parecer, era uma saída não só pelas perspectivas de pilhagem que suscitava, mas também porque os reis helênicos eram patronos que forneciam salários e alimentos, requisitados nos países por onde seus exércitos passavam” (PREAUX, 1984, p. 137). Porque não dizer que estamos diante de uma economia tipicamente predatória!

Alexandre, construindo sobre as realizações iniciais de seu pai, Filipe, decidiu invadir a Ásia, como a Pérsia invadira a Grécia mais de um século antes. Em Granico, na Ásia Menor, em 334 e um ano depois em Ipso, na fronteira da Síria, os persas foram completamente derrotados. Antes de voltar para uma vitória culminante em Gaugamela, na Mesopotâmia setentrional em 331, Alexandre rapidamente assegurou seu flanco meridional, conquistando a Siro-Palestina e o Egito. Na maioria das ocasiões foi bem recebido como uma melhoria promissora sobre o governo persa. A Samaria o recebeu com prazer de maneira liberal, e Judá reconheceu a soberania de Alexandre através do sumo-sacerdote. Em breve, depois disso, contudo, houve uma insurreição samaritana (DONNER, 1997, p. 68) a que Alexandre respondeu apoderando-se da cidade de Samaria e transformando-a em colônia militar. Num primeiro momento não houve conseqüências político-territoriais: Alexandre assumiu dos persas a satrapia de Transeufrates e investiu Parmênio como seu regente.

Se o confronto se faz inevitável é necessário, contudo, deixar a ingenuidade à margem e não escolher os aspectos culturais, filosóficos e religiosos da confrontação sem reconhecer que o helenismo chegou ao antigo Oriente próximo “na forma de poder militar e político intruso” (GOTTWALD, 1988, p. 365). Seria de bom tom afirmar que a confrontação não residia em meras questões de juízos individuais a respeito do helenismo. Num rápido giro histórico seria possível perceber que os judeus

enfrentavam as mesmas realidades de dominação estrangeira que haviam experimentado seja sob os assírios, neobabilônicos ou persas. Rostovzeff, em seu clássico *Historia Social y Económica Del Mundo Helenístico*, particulariza com eficácia especial o caráter brutal e vicioso da política helenista. Por sua vez, Samuel Eddy, em seu *The King is Dead – Studies in the Near Eastern Resistance to Hellenism 334-31 BC*, salienta que filosofia e religião eram a contraparte ideológica de violenta disputa entre governo nativo do Oriente Próximo e o imperialismo helenístico.

Mas, acima de tudo estamos novamente com os olhos detidos num ambiente marcado pelo imperialismo. Pode-se dizer que a região estava, de certa forma, acostuada à sucessão de impérios. Todavia, a presença do império helênico, iniciava uma nova forma de controle sobre o povo da terra até então inusitada. De acordo com Preaux “um império é sempre ofensivo no sentido de que tende a situar essa linha mais distante de seu centro vital, pois, dado que se fundamenta na espoliação do outro, deve contar com a possível represália de suas vítimas” (PREAUX, 1984, p. 170). No império reside a lógica do ser ofensivo para ser defensivo.

Calcula-se que, entre a morte de Alexandre, em 323 a.C., e a chegada de Pompeu, em 65 a.C., a Palestina é palco de pelo menos 200 campanhas militares. Com todas as seqüelas conhecidas de destruições, requisições, mortes, escravidão. A literatura da época conserva imagens significativas da visão judaica sobre o poder de Alexandre Magno e de seus sucessores. Como em 1 Macabeus 1,1-4 (“*O macedônio Alexandre, filho de Filipe, já era senhor da Élade. Ele saiu do país de Cetim, venceu Dario, rei dos persas e medos, e se tornou rei em seu lugar. Fez numerosas guerras, apoderou-se de fortalezas e exterminou reis da terra. Chegou até os confins do mundo, tomando posse das riquezas de numerosas nações. O mundo calou-se diante dele. Depois disso, ele se exaltou e se encheu de orgulho. Formou um exército poderosíssimo, subjugou países, nações e ditadores, obrigando-os a pagar tributos*”) que fala de “numerosas guerras!”, do extermínio dos “reis da terra”, de seu avanço “até as extremidades do mundo” e, pateticamente, do silêncio da terra diante do conquistador poderoso, que é Alexandre Magno.

Os reis helenísticos contaram com efetivos consideráveis tanto em homens como em barcos. O efeito que podem provocar no inimigo é o terror, como descreve 1 Macabeus 6,41, a propósito da batalha de Bet-Zacarias entre as forças de Judas Macabeu e o exército selêucida: “Ficavam apavorados todos os que ouviam o clamor daquela multidão, o marchar de tanta gente e o retinir de suas armas, pois era um exército extraordinariamente numeroso e forte”. O impacto da força militar se fazia sentir na geografia Palestina e no imaginário do povo judeu.

Para o conceito de imaginário recorro a Hilário Franco Júnior que nos ensina a entender o conceito como “um conjunto de imagens visuais e verbais gerado por uma sociedade (ou parcela desta) na sua relação consigo mesma, com outros grupos humanos e com o universo em geral”. Dessa forma, podemos concluir que todo imaginário – deve-se salientar a necessidade de se perceber os muitos imaginários possíveis e não cair no erro de reduzir a “um só imaginário” - é eminentemente coletivo e, portanto, não poderia ser confundido com atividade psíquica individual ou ainda à somatória de imaginações. Mas ainda é preciso salientar que as imaginações também se manifestam em quadros históricos, pois “mesmo ao imaginar, cada indivíduo não deixa de ser membro de uma sociedade e de seus valores objetivos e subjetivos. Porém, por englobar o denominador comum das imaginações, o imaginário as supera, interfere nos mecanismos da realidade palpável (política, econômica, social, cultural) que alimenta a própria imaginação” (FRANCO JUNIOR, 1998, p. 23).

Não é possível desconsiderar que os efetivos foram sem dúvida exagerados pela imaginação aterrorizadas dos habitantes da época. Contudo, é necessário salientar que a guerra é necessariamente designada com adjetivos que designam “terror” e “perigo”: nesse ambiente as condições ditas normais de existência são substituídas por recursos que substantivam a dor e o medo, tais como: pilhagem, venda de prisioneiros como escravos, destruição sistemática, matança após a capitulação dos inimigos e calamidades de toda ordem. No que se refere à crueldade, não creio que se deva fazer diferenças entre os persas e os gregos. Vencedores não eram menos cruéis do que os perdedores.

A pergunta estabelecida por Silva é pertinente: Quando o imperador Alexandre chega à Ásia, vence os exércitos persas, destrói a fabulosa resistência de Tiro, toma posse do resto da Palestina sem esforço, é aclamado no Egito, qual a reação dos judeus? (SILVA, 1999, p. 52). Certamente que poderíamos responder imediatamente essa questão a partir do impacto da chegada de uma poderosa organização militar e de suas bem estruturadas técnicas de cerco e de combate. O exército macedônio pode ser considerado o primeiro veículo concreto do helenismo na Palestina. Os macedônios foram, devido ao seu ímpeto expansionista e belicoso, a indicação de que novos tempos estavam se aproximando.

## **Memória de Violência e Imperialismo na Palestina**

Pode-se dizer que em toda a história do povo da Bíblia houve poucos momentos - e sempre muito breves - em que a situação característica não fosse de dominação, de opressão e de violência, seja ela interna ou externa. Se o som das botas dos soldados dos exércitos imperiais marchando rumo a Palestina causava pânico, também dentro das cidades e principalmente nas vilas camponesas o povo se sentia refém de suas próprias autoridades - fossem elas políticas e ou religiosas.

O tema da violência e da opressão no mundo bíblico são constantes e consideradas como sempre como um mal. A conclusão que podemos chegar quando lemos grande parte dos textos bíblicos é de que a situação de dominação, de opressão e de violência era uma das características mais pertinentes aos estados de Israel e de Judá. Ainda que fossem Estados que pagassem tributos aos mais diversos impérios, a presença dos empobrecidos era sinal de que alguns haviam se enriquecido demasiadamente, que a injustiça era inalterável e que se manifestava em todos os âmbitos sociais, enquanto a presença das vítimas passava a ser um verdadeiro incômodo.

Na percepção dos escritores bíblicos a Aliança feita com a divindade que protegia as vítimas da sociedade havia sido quebrada; afinal a pobreza na Bíblia não provinha de nenhuma estipulação da Lei, da teologia ou ainda da vontade da divindade, mas era o resultado da violência e da injustiça. Nos relatos bíblicos a figura dos pobres, da opressão e da violência jamais podem ser circunscritas a um modelo de linguagem abstrata. A linguagem bíblica com relação a esses temas é sempre concreta.

A história narrada por diversos textos bíblicos é uma história de opressão e de violência. Por isso, refletir sobre a memória de uma possível cultura militar e de sua conseqüente ação violenta no Mundo Antigo – especialmente na Palestina - é, acentuadamente, uma tarefa de esforço espiritual, ou seja, trata-se de investigar e compreender o contexto histórico e as variáveis semânticas onde se desenvolve a revelação divina e, a partir da apreensão desses elementos re-atualizar valores eminentemente humanos.

Violência e opressão nos relatos bíblicos do Antigo Testamento tinham suas conseqüências vinculadas ao estabelecimento de relações de dependência e de empobrecimento. Nessa perspectiva a pobreza, a miséria e a violência eram vistas como anormalidades. Um bom exemplo é dado pelo profeta Jeremias que sublinha a crueldade e as terríveis armas dos exércitos dos invasores:

- "Estão armados com arcos e flechas e espadas. São cruéis, não têm piedade. Eles vêm montados em cavalos, fazendo o barulho do mar quando está bravo" (Jeremias 6.27);
- "Os seus carros de guerra e os seus cavalos são mais rápidos do que as águias, são como uma forte ventania" (Jeremias 4.13);
- "Quando ouvirem o barulho dos cavaleiros e dos atiradores de flechas todos sairão correndo" (Jeremias 4.29).

Para a infelicidade dos camponeses de Israel, seu território incluía o rico vale de Jezreel que era cobiçado por todas as potências da região por sua importância como via de comunicação entre as planícies da costa do Mediterrâneo e a bacia mesopotâmica. O controle econômico e estratégico da Síria-Palestina era constantemente perseguido pelos estados fortes do triângulo compreendido pelo Egito, Mesopotâmia e Anatólia.

Pode-se dizer que a guerra era um reconhecido instrumento de política internacional no antigo Oriente Próximo e era considerado um recurso em situações que geralmente compreendiam quebra de tratados ou de padrões implícitos de comportamento internacional. Entre as possíveis causas que poderiam deflagrar uma guerra, destacaríamos os atos hostis das tropas ao pilhar o campo ou investir contra cidades, ou seja, agressão, hostilidades contra um estado aliado, retenção do tributo pelo vassalo, assassinato ou deposição de um vassalo leal.

Mas não pensemos que a ocupação militar das áreas conquistadas era permanente. Entre as razões que poderíamos destacar para afirmar que a ocupação militar não era permanente estão: 1) falta de mão de obra, 2) a natureza do terreno e 3) o não desenvolvimento de tecnologia. Se a dependência em relação aos tratados não fossem assegurados pelos governadores, os conquistadores faziam campanhas militares periódicas. Porém, salientamos que as grandes distâncias estavam envolvidas e que nenhuma região do império poderia ser visitada durante muitos anos. Para resolver esse problema, os impérios utilizavam de persuasão psicológica de um governo forte e de um sentido de estabilidade política e econômica para contrabalançar a sobrecarga da subserviência e do custo do tributo.

Talvez não fosse difícil para o povo da Bíblia ouvir "as botas dos soldados que pisam com estrépito" e ver "todas as suas roupas manchadas de sangue" (Isaías 9.5). A ação imperialista não podia passar despercebida. Olhos e ouvidos foram testemunhas dos avanços das botas dos soldados e do rio de sangue que se espalhava em todas as direções. O profeta Joel compara o avanço das invasões militares estrangeiras às pragas de gafanhotos. O texto de Joel parece falar por si mesmo:

Será um dia de escuridão e trevas, um dia de negras nuvens. Os gafanhotos avançam como um exército enorme e poderoso, como uma nuvem escura que cobre as montanhas. Nunca houve uma coisa assim no passado e no futuro nunca mais haverá. Eles devoram tudo, como se fossem fogo, como o fogo que queima e destrói. Antes de chegarem, a terra é como um paraíso; mas, depois de passarem, ela parece um deserto. Os gafanhotos acabam com tudo! Eles parecem cavalos e correm como cavalos de guerra. Vêm saltando no alto das montanhas, fazendo barulho como carros de guerra, como galhos secos estalando no fogo. São como um enorme exército posto em ordem de combate. Eles vão avançando, e todo mundo treme, todos ficam pálidos de medo. Eles atacam como soldados valentes; correm, sobem pelos muros e continuam sempre avançando. Marcham em linha reta e não empurram uns aos outros, pois cada um segue o seu caminho. Marcham sempre em frente, e não há armas que possam fazê-los parar. Eles atacam a cidade, sobem pelas paredes das casas e entram pelas janelas como ladrões. Avançam sem parar, e a terra treme, o céu estremece, o sol e a lua se escurecem, e as estrelas deixam de brilhar (Joel 2.2-10).

Outros textos da literatura bíblica também são bons indicativos: Juízes 6.3-5 (*“Quando os israelitas semeavam, os madianitas, amalecitas e orientais os atacavam: acampavam na terra dos israelitas e destruíam todos os produtos semeados até perto de Gaza. Não deixavam para Israel nenhum meio de sobrevivência, nenhum cordeiro, nenhum boi e nenhum jumento. Chegavam com seus rebanhos e tendas, numerosos como gafanhotos, homens e camelos sem conta, invadindo e arrasando a terra”*); Juízes 7.12 (*“Os madianitas, amalecitas e orientais estavam deitados no vale. Eram numerosos como gafanhotos, e seus camelos eram incontáveis como areia da praia”*.); e Naum 3.15-16. Porém o texto de Naum é exemplar pois compara os soldados que estão destruindo Nínive a gafanhotos: *“Mesmo assim o fogo vai devorá-la e a espada vai liquidá-la. Multiplique-se como os grilos, torne-se numerosa como os gafanhotos”*. Percebe-se claramente no texto que as expressões “fogo” e “espada” referem-se justamente a soldados e armas, respectivamente, que estão tomando a cidade, ou seja, *“devorando-a como gafanhotos”*. Certamente que os textos sugerem o poder, número e invencibilidade de um exército. Expressam quão poderosas eram as forças que derrotaram e destruíram a terra.

Andiñach (1992) salienta que o uso do gafanhoto como metáfora para exércitos humanos encontrava-se espalhado na literatura antiga e sugere que a linguagem e imagem em Joel são semelhantes ao de ataques militares descritos em outros livros proféticos. Poderíamos qualificar a ação do exército como causadora do terror entre os povos. Em fontes do antigo Oriente Próximo, entre elas Ugarit, Suméria e Assíria, freqüentemente encontramos exércitos comparados a gafanhotos. Um texto apenas para exemplificar nos ajudaria nessa questão. Trata-se da descrição do exército

do rei Keret e como ele se aproxima da cidade: “como o gafanhoto que habita na estepe/ como o gafanhoto na borda do deserto/ marcha um dia e o segundo dia/ um terceiro dia e um quarto dia/ um quinto dia e um sexto dia/ até a saída do sol no sétimo dia/ [...] agora ele ataca as vilas/ arrasa as aldeias” (PRITCHARD, 1950, p. 144-145).

É preciso lembrar, no que diz respeito à Palestina, que mercenários judeus já lutam em exércitos gregos mesmo antes de Alexandre Magno. Tornam-se, assim, conhecedores competentes desta organização militar, o que será útil, mais tarde, à resistência macabéia contra os selêucidas. Resistência! A morte de Alexandre não coloca um fim no processo conhecido como helenização. Os generais de Alexandre repartiram o imenso império em quatro regiões, com o objetivo de continuar impondo a dominação e a cultura gregas aos povos conquistados. Uma pergunta de ordem sócio-econômica se faz necessária: quais seriam os interesses gregos na Judéia? Uma possível resposta passa pelo aumento da mão-de-obra escrava da qual a organização econômica dos gregos era dependente. Segundo Wright “Várias evidências demonstram que a Palestina também se familiarizou com os sistemas helenístico-romano de escravatura num período nem anterior. Um papiro, que dá uma visão detalhada do relacionamento entre o Egito ptolomaico e a Palestina no terceiro século antes de Cristo, fornece talvez uma evidência melhor sobre o desenvolvimento posterior dos judeus com os sistemas de escravatura helenista na palestina. Escravos nada mais eram do que uma mercadoria em uma extensiva rede comercial entre o Egito e a Palestina nesse período” (WRIGHT, 1998). Textos bíblicos, tais como Joel e Macabeus, nos indicam que havia tentativas de escravização dos judeus em grande número. As palavras do chefe do exército grego são instigantes: “...mandou mensageiros às cidades do litoral, convidando-as a vir comprar escravos judeus, chegando a prometer noventa cabeças por talento” (2 Macabeus 8.11). Essa venda de judeus capturados como escravos, aparentemente aos fenícios, tem relação com a quantia de 2.000 talentos, que era a quantia devida ao rei selêucida como tributo (WRIGHT, 1998). De fato, havia um mercado fértil para os judeus que seriam aprisionados na guerra. Mas qual era o possível destino dessas pessoas escravizadas? Via de regra as pessoas escravizadas eram usadas numa grande variedade de tarefas em todos os níveis da sociedade. Dessa forma, um grande número de escravos trabalhava em minas, outros na manufatura e enquanto outros em atividades ligadas à agricultura. Sua utilidade também passava pela casa como empregado pessoal, cozinheiros, atendentes de banheiro, etc. Havia grande procura de escravos nas “cidades da planície”, já bem integradas ao helenismo. Percebe-se que a nova economia introduzida pelos gregos precisava de escravos e a guerra seria um instrumento vital para aumentar o número deles. Pode-se dizer que o

avanço das tropas macedônias também significava o aumento das fronteiras da escravidão. Uma nova economia! Uma nova forma de opressão!

Conclui-se, preliminarmente, que a presença do helenismo na Judéia através do exército esconde um fundo falso: a princípio uma cultura mais evoluída estaria produzindo um renascimento numa região menos evoluída. Sinais de progresso diriam alguns! A produção aumentava e as cidades cresciam. A cultura se complexificava. Como não pensar que o paraíso, enfim, estava chegando? Todavia, este paraíso não conseguia esconder seu alto preço: a escravização de muita gente!

Os enfoques sobre a violência decorrente da ação imperialista e, portanto, militar no mundo antigo e, particularmente, na Palestina, podem ser vistos de duas maneiras e, em ambas, as conseqüências são absurdamente desastrosas. Um primeiro enfoque pode ser considerado interno, ou seja, olhamos desde dentro da sociedade de Israel. Nessa perspectiva procuramos perceber a função do exército e a construção do poder a partir dos próprios estados nacionais - Israel e Judá - e, assim, compreender que a cultura de violência era algo ensaiada no interior dos palácios e das capitais, tendo como seus principais agentes aquele que organizavam o cenário social, político, econômico e religioso do povo da Bíblia.

Um segundo enfoque pode ser considerado externo. A aproximação de exércitos poderosamente armados obliterava qualquer sinal de esperança. Se o tecido social já estava desgastado para ampla parte da população de Israel e Judá, com a sucessão dos impérios na região, a deterioração da vida em sociedade atingiu níveis alarmantes.

Do ponto de vista de Israel a Grécia (e anteriormente a ela os impérios assírio, babilônico, persa) está essencialmente relacionada a um grande centro de poder cultural, político e militar. A cultura militar desse país se fez sentir intensamente na Palestina através da intensificação da pobreza, do escravismo, da tributação, do exílio e, conseqüentemente, da perda do território. O som das botas dos soldados dos exércitos inimigos se apresentava sempre como algo na iminência de acontecer.

### **A Guerra Como um Exercício de Racionalização**

Porém, qual seria a formação do contingente para as inevitáveis guerras? Onde se recrutava a mão de obra militar? Deve-se, num primeiro momento salientar que a guerra utilizava um pessoal disposto hierarquicamente segundo sua competência e bem remunerado. De acordo com Preaux “os reis helenísticos buscavam os homens que haviam servido nos exércitos de Alexandre e, depois, aqueles que tinham uma grande experiência no combate” (PREAUX, 1984, p. 173).

## O Exército

Os exércitos helenísticos são constituídos, na sua maioria, pela infantaria, pois a cavalaria representa apenas 10% do total. Os mercenários, sempre numerosos, usam, em geral, seu armamento característico de acordo com sua origem e avançam com maior mobilidade à frente da falange, enfrentando os primeiros embates. Há que se registrar os inúmeros problemas de se comandar um exército que possuía soldados de diferentes nacionalidades. As várias tropas falavam línguas e dialetos diferentes. Oficiais comandando contingentes de forças estrangeiras requeriam dominar o uso do idioma grego e algum conhecimento rudimentar das ordens básicas em grego pode ter sido ensinado aos seus subordinados. Exércitos com cerca de 100 mil homens de infantaria, 10 mil cavaleiros e uma centena de elefantes são bastante comuns nas batalhas da época. Um exemplo é esclarecedor: a batalha entre Antíoco III e Ptolomeu IV, ocorrido em Ráfia em 217 possuía o seguinte efetivo militar. Ptolomeu IV estava à frente de 70.000 homens de infantaria e 5.000 cavaleiros. Por seu lado, Antíoco III contava com 62.000 homens de infantaria e 6.000 cavaleiros. Por isso, às vezes uma guerra é decidida em uma única batalha. Tantos são os recursos mobilizados, que o perdedor não consegue mais se recuperar a curto prazo. De fato, os riscos de uma batalha prolongada podem trazer conseqüências irreversíveis. As táticas de batalha de Alexandre visavam geralmente a forçar uma rápida decisão.

## A Falange

Pode-se dizer que a unidade básica característica do exército macedônio é a *falange* (PREAUX, 1984, p. 175), que era um corpo de infantaria. Formada por uma unidade de infantaria pesada agrupada numa frente de dezesseis mil soldados dispostos em fileiras de mil soldados de frente por 16 de profundidade. Estes usam o capacete macedônio, uma couraça, um escudo de forte concavidade, uma espada e, sobretudo, a sarissa, uma longa lança que pode ultrapassar os 5 metros de comprimento. O resultado é uma concentração impenetrável de lanças que avança inexoravelmente ao encontro do inimigo. Os combatentes da primeira fila são protegidos pelas lanças dos soldados da segunda, terceira, quarta e quintas filas, de modo que, antes dos romanos, só uma falange podia vencer outra falange. Todas as formações existentes nos exércitos orientais mostraram-se impotentes para detê-la. Assim, a frente da falange podia ser considerada uma verdadeira muralha de pontas de ferro aguçadas que quando lançadas contra o exército inimigo proporcionava destruição fatal.

Todavia, a falange não poderia ser considerada invulnerável. Seu ponto fraco é de ordem topográfica. Dessa forma, a falange para ter total eficácia exige um terreno plano para combater com eficiência. Caso contrário, demonstrará pouca flexibilidade, ficando exposta aos ataques nos flancos e não conseguindo se voltar para enfrentar uma manobra de envolvimento. Por isso, é necessário protegê-la com a cavalaria e com tropas, o que Alexandre sabe fazer com eficiência. Contudo, é importante lembrar que a falange é uma técnica de combate eminentemente coletiva e, por isso, o soldado da falange quando ficava isolado do grupo, via-se incapacitado para agir sozinho e se defender. A dependência em grau extremo será o vírus inoculado da derrota do exército macedônio para o exército romano. Pois o soldado romano, protegido por seu grande escudo, localizava-se individualmente para fazer frente aos ataques, viesse de qualquer lado, por meio da espada. A imobilidade coletiva iria ser superada pela mobilidade individual!

## **O Elefante**

O *elefante* asiático (PREAUX, 1984, p. 177) é outro elemento importante nos exércitos macedônios, verdadeiro tanque de guerra, incorporado após a campanha de Alexandre na Índia. Todos os governantes macedônios procuram usá-lo. Diz-se que Seleuco, na batalha de Ipsos, em 301 a.C, conta com 480 elefantes. Antígono, o Torto em 317 com 65 elefantes. Eumenes com 114 elefantes. Ptolomeu II Filadelfo começa a treinar elefantes africanos. Na batalha de Ráfia, em 217 a.C, Ptolomeu IV usa 73 elefantes africanos contra os 102 elefantes indianos de Antíoco III, o Grande (PREAUX, 1984, p. 178).

## **A Ação Militar**

O ataque das forças macedônias era geralmente feitos numa formação de batalha oblíqua com um avanço do flanco direito e o recuo do flanco esquerdo. Um ameaçador ataque da cavalaria sobre uma pequena porção das forças inimigas procurava solapar a moral do inimigo e criar pânico entre as unidades ainda não comprometidas com a batalha. O sucesso da batalha dependia em grande parte do enfraquecimento da moral do oponente. O uso do elemento surpresa era um importante meio para minar a confiança do exército inimigo. Manobras inesperadas tinham a função de confundir e surpreender as forças inimigas. E não menos importante é o comprometimento que essas ações causavam no exército inimigo ao ver

que suas forças estavam completamente exaustas por causa das longas marchas ou ainda por falta de sono. De acordo com Políbio (apud PREAUX, 1984, p. 177) várias razões se apresentam, entre elas podemos destacar: 1) as grandes batalhas helenísticas, com o enfrentamento preferencialmente em local plano, opunham efetivos muito mais numerosos que na época clássica; 2) a presença dos mercenários para quem o resultado do combate somente interessava com o objetivo único da pilhagem; c) a concentração de toda a força do rei em um único local geográfico; d) uma possível derrota poderia privar o rei da confiança e dos serviços dos soldados que havia recrutado.

### **Planejamento e Comunicação**

Dessa forma, é mister salientar que a batalha se descreve como um cálculo racional de probabilidades. Faz-se necessário, diante de um contingente imenso, enumerar os efetivos e se detalhar a disposição das tropas bem como seus movimentos. Nas batalhas campais a estratégia se desenhava da seguinte maneira: a estratégia previa o envolvimento dos flancos, de ataque pelo centro, onde se opunha falange contra falange, que se completava com a perseguição do inimigo em retirada e com a captura e saque dos impedimenta.

Entretanto, não se pode descartar que na época helenística a guerra fosse decisão privativa e intransferível de somente um homem, o rei. Não existia nada parecido com aquilo que podemos chamar de “opinião pública”. Os conselhos – daqueles que poderiam de uma forma ou de outra influenciar o rei – consistiam no máximo em um cálculo das possibilidades, sem dados quantitativos, a não ser com respeito à importância dos efetivos. O planejamento e a preparação das batalhas eram de extrema importância. Isso acontecia em razão dos limitados meios de comunicação que poderiam ser utilizados no calor da batalha. Assim, as instruções dependiam em muito das comunicações que eram repassadas aos comandantes subordinados antecipadamente.

Pode-se dizer que nesse ambiente o bom reconhecimento e a inteligência confiante foram vitais para um exato plano de ataque. Pensando em planejamento bastaria lembrar que a incursão militar de Alexandre tem sua gênese no norte, percorrendo a costa Fenícia e atingindo o Egito. Somos informados (DONNER, 1997, p. 99) que nesse empreendimento militar houve a necessidade do exercício do planejamento pois que a resistência da metrópole comercial e da ilha fortificada de Tiro obrigou o general a um sítio de sete meses: durante esse tempo, Alexandre mandou construir um dique que transformou a ilha numa península. Alexandre ainda perdeu mais de dois meses com o sítio e a conquista de Gaza antes de chegar ao Egito.

Comandos de voz tinham resultado limitado em meio ao barulho da batalha. O mesmo pode ser dito do emprego de sinais visuais que também se faziam limitados diante das enormes nuvens de poeira levantadas por milhares de homens e de cavalos. Mensageiros montados eram a principal, se não única, comunicação. Por causa dessa falha nos meio de comunicação entre as várias partes do exército envolvidas na batalha, a dependência da comunicação, dos planos antecipados era muito grande. Essa reunião anterior à batalha se apresenta como vital para a coordenação das ações do exército.

Pode-se dizer que a visão máxima da batalha para o comandante-em-chefe era circunscrita àquilo que acontecia à sua volta. Dessa forma seu controle efetivo era exercido somente nessas unidades mais próximas. Não se deve pensar que o comandante-em-chefe tivesse uma visão geral da situação. Embora o sistema de espias fosse empregado a fim de municiar Alexandre com informações necessárias, a inteligência requeria uma constante atenção pessoal do próprio comandante-em-chefe. Conta-se que antes da batalha de Gaugamela, o rei macedônio fez uma incursão pessoal de reconhecimento para obter informações de primeira mão. Deve-se considerar que o comandante-em-chefe da cadeia de comando do exército macedônio era o próprio Alexandre. Os oficiais seniores eram parcialmente recrutados daqueles que tinham sido trazidos com o rei macedônio, embora parte de seu comando consistia de homens que tinham feito carreira durante o reinado de Filipe II.

Para a conquista das cidades, em geral todas fortemente muradas e, portanto, fortificadas, as técnicas de assédio empregadas pelos macedônios são sofisticadas. A artilharia de cerco usa dezenas de catapultas de 7 a 10 metros de altura, que lançam projéteis de 80 kg a uma distância de 400 a 700 metros. Consta que no assalto a Tiro, Alexandre usou torres de até 50 metros de altura, montadas sobre rodas, para alcançar e atingir os defensores das muralhas. Mas estas medidas são exageradas, visto que tal altura ultrapassa em muito a das muralhas. As máquinas de assédio eram construídas durante o inverno – época imprópria ao combate – bem como o treinamento dos soldados. Outra técnica de assédio era o uso de minas que destruíam as muralhas. Consistia em abrir um túnel sob as muralhas e escorá-lo com madeira, na qual, em seguida, se coloca fogo: o calor produzido fazia desabar aquele trecho das fortificações.

## **O Mar Sob Ataque**

No mar, a *trirreme* (SILVA, 1999, p. 56) continuava a ser a unidade fundamental, mas “vê-se também aparecerem grandes barcos com trinta ou quarenta fileiras de remadores, cobertos com blindagem de madeira contra os golpes de esporões e trazendo em abundância torres e máquinas”. São usadas frotas de até 500 barcos de

guerra. Nau de três bancadas, a trirreme é construída pela primeira vez em Corinto, por volta de 700 a. C. Uma trirreme clássica é uma embarcação estreita e longa: media cerca de 40 metros de comprimento por 5 metros de largura. Possuía um mastro e uma vela principais, baixados antes do combate e às vezes substituídos por um mastro e uma vela menores. Uma trirreme ateniense, por exemplo, levava uma tripulação de 200 homens. Destas, 170 remavam, enquanto 30 ficavam na reserva. Uma trirreme chegava à velocidade de 7,5 milhas marítimas por hora. As trirremes não possuíam espaço a bordo para o preparo das refeições e nem para que os homens dormissem. Isso era feito em terra. Em seu avanço imperialista sobre a Pérsia, por exemplo, o rei macedônio levou para essa expedição militar 35 mil soldados e uma esquadra de 160 navios.

Inúmeras perguntas poderiam surgir da leitura desse texto. Entre elas poderíamos citar: a) como Alexandre assegurava provisões para seu grande exército? b) e o que dizer da média de consumo (peso dos alimentos e água consumida por indivíduo por dia) dos integrantes do exército? c) e a respeito das tendas, dos aparelhos militares, etc? No entanto, essas e muitas outras perguntas propositalmente não fazem parte do objetivo desse texto. Atrevo-me a deixá-las em suspenso apenas como uma indicação (forte, por sinal) de que a guerra é, na verdade, ato segundo. Afinal de contas, antes de se lançar à guerra, Alexandre precisava responder, mais do que ninguém, as perguntas que hoje deixamos em suspenso e tantas outras. E, ao fazer isso, talvez sem saber, trilhava o caminho da ciência militar.

## **Conclusão**

Para finalizar é significativo sublinhar a importância da ação militar - de qualquer espécie e em qualquer época - como uma das principais causas da violência e da pobreza no mundo. Ações militares via de regra abrem espaços para a construção de impérios que se impõem a partir da força e da violência.

Talvez possamos até mesmo afirmar que a situação de violência deveria ser a base para qualquer construção de um novo discurso humanista na contemporaneidade. Se a situação histórica de dependência de grande parte da humanidade, dos milhões de mortos por fome e desnutrição, das ações militares espalhadas pelo globo, não se converter no ponto de partida de qualquer discurso humanista, esse mesmo discurso não poderá situar e concretizar historicamente seus temas fundamentais. Suas perguntas não serão perguntas reais e suas respostas terão o sabor do vazio.

## Referência

- ANDIÑACH, P. *Imaginar caminos de liberacion: una lectura de Joel*. 1992. Tese (Doutorado em Teologia). Instituto Universitario ISEDET, Buenos Aires.
- DONNER, H. *História de Israel*. Petrópolis: Vozes, 1997. v. 2.
- EDDY, S. K. *The king is dead: studies in the near eastern resistance to Hellenism 334-31 BC*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1967.
- FRANCO JUNIOR, H. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GOTTWALD, N. K. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Paulus, 1988.
- HAYES, H.; MILLER, J. M. *Israelite and Judaeon History*. Philadelphia: Trinity Press International, 1990.
- HENGEL, M. *Judaism and Hellenism: studies in their encounter in palestine during the early Hellenistic Period*. Philadelphia: Fortress Press, 1981.
- HERRMANN, S. *Historia de Israel*. Salamanca: Sígueme, 1985.
- PRÉAUX, C. *El mundo helenístico*. Barcelona: Labor, 1984.
- PRITCHARD, J. B. *Ancient near eastern text relating to the old testament*. Princeton: Princeton University Press, 1950.
- ROSTOVTZEFF, M. *Historia social y económica del mundo helenístico*. Madrid: ESPASA, 1967. t. 1..
- SAMPAIO, T. M. V. La desmilitarización y el rescate de la dignidad de la vida en Oseas. *Ribla: Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana*, Santiago de Chile, n. 8, p. 83-96, 1991.
- SCHWANTES, M. *História de Israel*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- SICRE, J. L. *Profetismo en Israel*. Navarra: Verbo Divino, 2003.
- SILVA, A. J. Os Instrumentos da Helenização. *Estudos Bíblicos* 61. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TCHERIKOVER, V. *Hellenistic Civilization and the Jews*. Philadelphia: The Magnes Press, 1959.
- WRIGHT, B. G. Ebed/Doulos: terms and Social Status in the meeting of Hebrew biblical and the Hellenistic roman culture. *SEMEIA* 83/84. Madison: Society of Biblical Literature, 1998.

Colaboração recebida em 07/02/2011 e aprovada em 18/07/2011.